



Município de Alenquer
Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO
INFORMÁTICA E ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO**

PROC. 05/2025_CMA

CONVITE



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

ÍNDICE

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º-ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 5.º - ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 6.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	4
ARTIGO 7.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	4
ARTIGO 8.º - PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
ARTIGO 9.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES.....	6
ARTIGO 10.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA	6
ARTIGO 11.º - NEGOCIAÇÃO	6
ARTIGO 12.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
ARTIGO 13.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
ARTIGO 14.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
ARTIGO 15.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO.....	8
ARTIGO 16.º - CONSULTA E OBTENÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	8
ARTIGO 17.º - PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO	8
ARTIGO 18.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	8
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	9
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO	12



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

Convida-se V. Ex.^a a apresentar a vossa melhor proposta, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º conjugado com o artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a celebração de contrato com vista a aquisição dos serviços identificados no artigo 1.º *Infra*, de acordo com o prescrito no presente convite e no caderno de encargos respetivo.

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a **Aquisição de serviços de pagamento de estacionamento através de aplicação informática e acesso a plataforma de fiscalização**, de acordo com o prescrito no presente convite e caderno de encargos respetivo;

ARTIGO 2.º- ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Alenquer, sito na Praça Luís de Camões, 2580 – 318 Alenquer, com o número de telefone 263 730 900 e com o endereço eletrónico geral@cm-alenquer.pt.

ARTIGO 3.º-ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 24 de fevereiro de 2025, através da competência que lhe é conferida ao abrigo do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

- 1- De acordo com o estabelecido no artigo 18.º do CCP, a escolha do procedimento deve ser feita tendo por base o valor do contrato a celebrar.
- 2- O tipo de procedimento a adotar é o ajuste direto, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, conjugado com o art.º 21.º, n.º 2 do citado diploma legal, dado que o contrato a celebrar é sem valor.

ARTIGO 5.º - ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 1- Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, ao órgão competente para a decisão de contratar, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma www.acingov.pt.
- 2- Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, os esclarecimentos serão prestados pelo júri.
- 3- Os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º do CCP, ao órgão competente para a decisão de contratar, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma www.acingov.pt.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

- 4- O órgão competente para a decisão de contratar, pronunciar-se-á sobre os erros e as omissões, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites.
- 5- O órgão competente para a decisão de contratar, poderá proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao final do prazo de entrega de proposta e, sendo aquele prazo prorrogado nos termos do disposto no artigo 64.º do CCP.
- 6- Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores, fazem parte integrante das peças a que dizem respeito, e serão disponibilizados, via plataforma eletrónica de compras públicas, junto às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo o interessado que a tenha adquirido ser imediatamente notificado desse facto.

ARTIGO 6.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 1- A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2- A proposta deve ser instruída e acompanhada pelos seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos**, na sua atual redação (Anexo I ao presente convite);
 - b. **Declaração do concorrente de que não se encontra impedido de participar no procedimento**, nos termos do n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual), em conformidade com a minuta anexa a este convite (Anexo III);
 - c. Cópia da **certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade**, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
 - d. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis na apresentação da sua proposta.
- 3- Os documentos da proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 7.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 1- Os documentos, que constituem a proposta, devem ser apresentados, diretamente, na plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço www.acingov.pt



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

- 2- Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 3- Os certificados, a que se refere o número anterior, são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).
- 4- Caso o certificado de assinatura eletrónica qualificada não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o interessado deve proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos mantendo-se a exigência prevista no número anterior.
- 6- A proposta e os documentos que a acompanham serão, preferencialmente, enviados em formato PDF ou similar.
- 7- Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no art.º 58.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.
- 8- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deverá o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 9- No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos pontos anteriores;
- 10- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ARTIGO 8.º - PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 1- Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, até **às 23h 59m do 6.º (sexto) dia**, a contar da data do envio do presente Convite.
- 2- As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
- 3- Nos termos da alínea g) do art.º 2.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que o concorrente efetiva a entrega da proposta, após o respetivo carregamento em plataforma eletrónica.
- 4- O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas dentro do prazo estipulado no n.º 1 do presente artigo.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

- 5- Até ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, o concorrente que já a tenha apresentado pode livremente alterá-la ou retirá-la, bastando para tal proceder em conformidade com as instruções referidas nos manuais constantes da área de ajuda disponível na plataforma eletrónica.
- 6- A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha consultado as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado aproveitando a todos os interessados.
- 7- A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que a tenha adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

ARTIGO 9.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

- 1- Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
- 2- Entende-se por variante a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

ARTIGO 10.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

ARTIGO 11.º - NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação da proposta.

ARTIGO 12.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do CCP na sua atual redação (Anexo II ao presente convite);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal do concorrente e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções, ou código de acesso às mesmas;
 - ii. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

iii. **Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português**

ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

- c) Documento comprovativo do registo no **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso.
- d) **Indicação pessoal da(s) pessoas(s) que intervêm no contrato:**
- e) **Identificação do interlocutor na execução do contrato** e respetivos contactos: e-mail e telefone.

ARTIGO 13.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação diretamente na plataforma eletrónica.
- 2- Quando os documentos solicitados no artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3- Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no artigo anterior devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 4- Os documentos identificados nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo anterior devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5- Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 6- O órgão competente para a decisão de contratar pode, sempre, exigir ao adjudicatário, no prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 14.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data da notificação da adjudicação.
- 2- Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto que não lhe seja imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

- 3- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues, que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no **prazo de 2 (dois) dias úteis** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
- 4- Caso as irregularidades detetadas sejam por facto não imputável ao adjudicatário, nos termos dos números anteriores, será concedido, em razão das razões invocadas, um prazo adicional de **2 (dois) dias úteis** destinado ao seu suprimento, conforme disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 15.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 16.º - CONSULTA E OBTENÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 1- As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio do presente procedimento, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na Divisão de Contratação Pública, sita no edifício dos Paços do Concelho, 2580–318 Alenquer.
- 2- As peças do concurso são disponibilizadas diretamente na plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço eletrónico www.acingov.pt

ARTIGO 17.º - PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO

Fazem parte integrante do presente procedimento as seguintes peças:

- a) O presente convite;
- b) O caderno de encargos.

ARTIGO 18.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja previsto no presente Convite aplica-se o Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável).

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7- O declarante tem, ainda, pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



Município de Alenquer

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E
ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO
CONVITE

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

- 1- ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes] adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], (data) [Assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do art.º 57.º.



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

[nos termos dos n.ºs. 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo]

..... (nome, número de documento de identificação, respetiva data de validade e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, e para todos os efeitos legais, que relativamente à sua representada não se verificam quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), que a impeçam de intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, designadamente procedimentos de contratação pública promovidos pelo Município de Alenquer.

Mais declaro ter pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato, nos termos do n.º 3 do art.º 76.º do CPA.

[Local], (data) [Assinatura].